



19/11/2014 - Convergência Digital

Lei das Antenas: para aprovar em 2014, novo acordo é fechado no Senado

Uma nova costura vai mudar a Lei das Antenas para facilitar a aprovação do projeto no Senado Federal. A alteração é, novamente, em um ponto chave do PLS 293/12: o dispositivo que garante o licenciamento automático das infraestruturas de telecomunicações depois de transcorrido o prazo de 60 dias.

Pelo acordo, a autorização por decurso de prazo vai ser retirada do projeto. O ponto, que já sofrera questionamentos na Câmara e foi retirado do texto aprovado pelos deputados, voltou a ser alvo de críticas. Desta vez do líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (SP).

“ Conversamos para mudar esse ponto. No lugar da autorização automática findo esse prazo de 60 dias, o licenciamento sai da competência do município e vai para a esfera federal”, explicou Ferreira ao Convergência Digital após reunião nesta quarta, 18/11, na presidência do Senado.

O limite de 60 dias é o principal ponto do projeto, apresentado em 2012 para endereçar uma demanda das operadoras móveis, que se queixam de exigências impraticáveis em mais de duas centenas de legislações locais e da burocracia que chega a arrastar o trâmite das autorizações de novas antenas por mais de ano.

O texto originalmente aprovado pelo Senado, ainda em 2012, já trazia a previsão de que “ decorrido o prazo mencionado (...) sem decisão do órgão

competente, fica a prestadora autorizada a realizar a instalação”. Mas na Câmara, por pressão especialmente do PV, o dispositivo caiu.

Relator na volta ao Senado, Walter Pinheiro (PT-BA) recuperou o decurso de prazo. O motivo era óbvio: sem esse dispositivo, na prática as licenças poderiam ficar tramitando em órgãos municipais da mesma forma como acontece atualmente, eliminando a eficácia – e o próprio objetivo – da Lei das Antenas.

Para garantir uma aprovação sem problemas, o acordo implica em excluir mais uma vez a autorização automática. Assim, a lei continuará prevendo um prazo de 60 dias para as licenças, mas caso esse prazo seja ultrapassado sem decisão, o licenciamento sai do município e será feito “ por órgão federal” .

Na prática, ao passar para a instância federal, o licenciamento vai cair no colo da Anatel, como explica o relator Walter Pinheiro. Para as operadoras, pode não ser o ideal – o decurso de prazo era tido como crucial ao setor – mas é a solução que garante a aprovação da Lei das Antenas ainda neste 2014.

Uma votação do projeto nesta quarta, 19/11, é pouco provável, ainda que não impossível, por conta do imbróglio entre governo e oposição com o relaxamento da meta fiscal de 2014. O acerto, no entanto, pavimentará a aprovação do PLS 293/12 para os próximos dias.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/11/2014 - Telesíntese

Teles têm receita de R\$ 162,9 bi em 2012, 55,8% do rendimento total do setor de serviços

Mas foram as empresas de TI que tiveram maior participação no pagamento de salários, afirma IBGE

A receita operacional líquida de serviços de comunicação alcançaram R\$ 259,1 bilhões em 2012, de acordo com a Pesquisa Anual de Serviços (PAS), divulgada nesta quarta-feira (19) pelo IBGE. As empresas de telecomunicações foram responsáveis por mais de 55,8%, com R\$ 162,9 bilhões, enquanto as empresas de TI obtiveram receita de R\$ 72,9 bilhões ou 25% do total registrado para o setor.

Em 2012, 43,7% da receita das teles, ou R\$ 71,1 bilhões, vieram de valor adicionado bruto. Essas 4,3 mil empresas desembolsaram 5,1% com salários de 196,7 mil empregados, num total de R\$ 8,4 bilhões.

Em situação contrária, as 54 mil empresas de TI obtiveram 63,4% de suas receitas – o total de R\$ 46,2 bilhões – com valor adicionado bruto. Mas pagaram 27% de salários a seus 472 mil trabalhadores.

No geral, o setor de serviços movimentou R\$ 1,1 trilhão em receita operacional líquida em 2012, respondeu por 12 milhões de pessoas ocupadas e pagou R\$ 227 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações, no total de 1,2 milhão de empresas. Segundo o IBGE, em termos de receita, o montante representou um crescimento de 8,3% em relação a 2011. Também houve aumentos na massa salarial

(6,9%) e no número de pessoas ocupadas (5,6%).

Na comparação com 2007, observou-se aumento médio anual real do valor adicionado (10,6%) acima do crescimento médio anual do número de pessoas ocupadas (7,7%). A produtividade do trabalho cresceu numa média anual de 2,7% e se distribuiu de forma heterogênea pelos diferentes ramos de atividades, com destaque para os serviços de reparação e manutenção, atividades imobiliárias, serviços prestados às famílias; serviços profissionais, administrativos e complementares; e outras atividades de serviços.

Em 2007, os serviços de informação e comunicação eram o maior segmento da pesquisa, gerando 31,1% do total estimado de receita. Em 2012, estes serviços perderam participação e os serviços de transportes, serviços auxiliares e correio (27,8%), seguido de serviços profissionais, administrativos e complementares (26,8%) figuraram como as maiores atividades da pesquisa.

A Pesquisa Anual de Serviços (PAS) analisa a estrutura produtiva do setor de serviços não financeiros no país e subsidia o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB). No ano anterior a receita das empresas do setor havia sido R\$ 1,004 trilhão.



20/11/2014 - Rede Brasil Atual

Em 11 dias, 15 mil assinam manifesto pelo fim da violência contra juventude negra

Anistia Internacional Brasil pretende levar pedido para a presidenta Dilma e a todos os governadores. País tem uma das maiores taxas de homicídio do mundo

Lançada há 11 dias pela Anistia Internacional Brasil, a campanha Jovem Negro Vivo já reúne 15 mil assinaturas de apoio. O documento reivindica que as autoridades brasileiras assegurem aos jovens negros o direito a uma vida livre de violência, investindo em políticas integradas de segurança pública, educação e trabalho. De acordo com o Mapa da Violência – pesquisa baseada em dados oficiais do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde –, 82 jovens com idades entre 15 e 29 anos são mortos por dia, sendo 77% deles negros, moradores de periferias e regiões metropolitanas.

“Além de ser um país com um dos maiores índices de homicídios no mundo, o Brasil está matando mais seus jovens e, entre estes, os negros. Os números são chocantes. A indiferença com a qual o tema é tratado na agenda pública nacional é inaceitável. Esteve presente de forma tímida no debate eleitoral, está fora das manchetes dos jornais. Parece que a sociedade brasileira naturalizou esta situação”, afirmou Atila Roque, diretor executivo da Anistia Internacional Brasil, durante o lançamento da campanha, dia 9 passado, no Rio de Janeiro.

De acordo com a Anistia, ainda haverá mais duas etapas da campanha, que se desenvolverá durante todo o ano de 2015. As assinaturas e a reivindicação serão entregues para a presidenta Dilma Rousseff e aos 27 governadores estaduais. O manifesto pode ser assinado na página da Anistia Internacional Brasil.

Segundo o Mapa da Violência, elaborado pelo sociólogo Julio Jacobo Weiselfisz, nos últimos dez anos ocorreu um aumento gritante nas mortes violentas de jovens negros. Em 2002, morreram 80% mais jovens negros do que brancos. Mas em 2012, a

diferença mais que dobrou: 169%. A taxa de jovens brancos vítimas de homicídio foi de 30,1 para cada 100 mil jovens brancos. Já a de negros foi de 80,7 por 100 mil.

Para Felipe Freitas, da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir), vinculada à Presidência da República, elementos como a grande circulação de armas ilegais e o profundo nível de legitimação da violência na sociedade devem ser considerados para entender esse quadro. “Esses números altíssimos não têm sido suficientes para escandalizar as pessoas e as instituições. Vemos ainda problemas na justiça criminal, pois apenas entre 5% e 8% dos homicídios são investigados e seus autores julgados e punidos.”

No entanto, o esclarecimento de crimes desse tipo ainda são raros no Brasil. Caso emblemático em São Paulo, os 505 assassinatos ocorridos entre os dias 12 e 20 de maio de 2006 – conhecidos como Crimes de Maio –, durante o “restabelecimento da ordem” promovido pela polícia paulista após os atentados cometidos pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), até hoje não foram esclarecidos.

Desse total, 124 ocorrências foram registradas como autos de resistência. Nesses casos, as circunstâncias em que o homicídio ocorreu não são investigadas, valendo somente a versão do policial de que a pessoa reagiu à prisão violentamente. Embora o governador paulista Geraldo Alckmin (PSDB) tenha suprimido esse tipo de registro, o número de jovens mortos pela polícia não diminuiu.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/11/em-dez-dias-15-mil-assinam-manifesto-pelo-fim-da-violencia-contra-juventude-negra-6312.html>



19/11/2014 - Portal Vermelho

Taxa de desemprego fica em 4,7%, o menor nível para outubro

A taxa de desocupação brasileira ficou estável em outubro, em 4,7%, divulgou nesta quarta-feira (19) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O desemprego foi 0,2 ponto percentual menor que o registrado em setembro, de 4,9%. Em outubro do ano passado, a taxa era 5,2%. Os números levantados pela Pesquisa Mensal do Emprego se referem a seis regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

De acordo com a pesquisa, a população desocupada, estimada em 1,1 milhão de pessoas nos locais pesquisados, permaneceu estável em relação a setembro, e caiu 10,1% ante outubro do ano passado. São classificadas dessa forma as pessoas que

tomaram alguma providência para procurar emprego e não encontraram.

Foi registrada estabilidade no número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado, que se manteve em cerca de 11,7 milhões nas duas bases de comparação. Já a população não economicamente ativa subiu na comparação com mesmo mês do ano passado, com alta de 3,3%.

O nível de ocupação, que mede o percentual de pessoas ocupadas dentro da população em idade ativa, ficou em 53,6%, com crescimento de 0,4 ponto percentual ante setembro e queda de 0,6 ponto percentual na comparação com outubro.

19/11/2014 - Portal Vermelho

Rendimento médio da população sobe para R\$ 2.122,10

O rendimento médio real habitual da população ocupada no Brasil subiu 2,3% em outubro ante setembro, divulgou nesta quarta-feira (19) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A média nas seis regiões metropolitanas pesquisadas foi R\$ 2.122,10 contra R\$ 2.075,39 anteriormente.

Também foi constatada alta no rendimento em relação ao mesmo mês do ano passado, quando a média era de R\$ 2.041,10. Nessa comparação, o crescimento chegou a 4%.

A massa de rendimento médio real habitual, total pago à população ocupada, foi R\$ 50,1 bilhões em outubro, o que representa um crescimento de 3,1% ante setembro e de 3,8% em relação ao mesmo mês do ano passado.

O grupamento de atividade com o maior rendimento médio real habitual foi a educação, a saúde, os serviços sociais, a administração pública, a defesa

e a seguridade social, com R\$ 2.883,50. Apesar disso, nesse grupo ocorreu queda de 0,2% ante setembro. O maior crescimento foi o da indústria extrativa, de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água, com 6,4%. A média desse grupo é de R\$ 2.248,70.

A pesquisa também mostra que os militares e funcionários públicos tiveram o maior rendimento médio em outubro, de R\$ 3.557,90, mas caíram 1,5% na comparação com setembro. A categoria que mais avançou foi a das pessoas que trabalham por conta própria, que subiu 5,2% em relação a setembro e 6% na comparação com o mesmo mês do ano passado. A renda média delas ficou em R\$ 1.873,70, atrás dos empregados com carteira assinada no setor privado, que ganharam R\$ 1.917,20. Os empregados sem carteira, no setor privado, receberam em média R\$ 1.498,60.